

EVOLUÇÃO E CRIACIONISMO:

Uma Relação Impossível

Coordenador

AUGUSTA GASPAR

Prefácio

CLARA PINTO CORREIA

Colaboradores

TERESA AVELAR

OCTÁVIO MATEUS

FREDERICO ALMADA

AUGUSTA GASPAR

edições
quasi

CAPÍTULO 6

CRIACIONISMO E SOCIEDADE NO SÉC XX

Augusta Gaspar, Teresa Avelar e Octávio Mateus

6.1. O julgamento de Scopes

Nos Estados Unidos a evolução inicialmente não constituiu um problema, excepto para alguns cientistas como Agassiz. Os cientistas aceitaram-na como em Inglaterra – ou seja, aderiram à evolução mas não totalmente à selecção natural. Quando os livros de texto incluíram a evolução não houve oposição, principalmente porque os que frequentavam os últimos anos do liceu e a Universidade eram uma minoria.

Entretanto, no início do século XX surgiu um movimento na comunidade protestante, em grupos Baptistas, Metodistas, Presbiterianos e outros, como reacção às tendências mais liberais, principalmente as que abraçaram os estudos bíblicos (ver Capítulo 3). Em 1910 iniciou-se a publicação duma série de livrinhos de vários autores, intitulados *The Fundamentals* (“os Princípios Fundamentais”), e financiados por dois magnatas do petróleo^{6.1}. Foram distribuídos 3 milhões de exemplares para sacerdotes, missionários, escolas de catequeses, etc. Os 5 princípios fundamentais eram: (1) a Bíblia não contém erros; (2) Cristo é divino e nasceu de uma Virgem (embora aceitem que ela só fosse virgem até ao seu nascimento, visto que no Novo Testamento são referidos várias vezes os irmãos de Jesus); (3) Cristo morreu na Cruz em expiação dos nossos pecados; (4) Cristo ressuscitou fisicamente (5) Haverá uma Segunda Vinda de Cristo à Terra (ou, noutras versões: os milagres de Jesus são autênticos). Quem não acreditar nisto irá para o inferno. Note-se que nada disto era assim tão diferente do que o Papa da altura promovia (ver Capítulo 5).

Nem todos os autores de artigos em *The Fundamentals* eram completamente anti-evolucionistas: alguns aceitavam alguma evolução em

animais, e admitiam que os primeiros cinco dias no *Génesis* podiam ter uma duração não especificada – embora o sexto, aquele da criação do homem em *Génesis* 1: 26-30, era mesmo *um* dia, e tão recente quanto na cronologia de Ussher (a qual continuava a ser impressa nas margens de todas as Bíblias protestantes). Outros, como os Adventistas do Sétimo Dia, uma seita recém-fundada pela “profetisa” Ellen White, que afirmava ter tido uma visão em que testemunhara a criação, defendiam a interpretação literal. Um dos divulgadores desta versão foi Georges McReady Price (1870-1963), que propagandeou a “geologia do dilúvio”, segundo a qual praticamente todas as formações geológicas com fósseis eram o resultado do dilúvio, ocorrido há menos de 6000 anos.

Depois da primeira guerra, o fundamentalismo extremou-se, em parte como reacção à guerra e ao militarismo alemão, e em parte como reacção aos próprios capitalistas americanos. Os alemães haviam sido os principais responsáveis pelos estudos bíblicos, e quer eles quer alguns magnatas americanos como Rockefeller e Carnegie defendiam interpretações da teoria de Darwin em que esta supostamente “justificava” a opressão dos mais fracos pelos mais fortes (sobre este “Darwinismo social”, ver o Capítulo 10). Assim, William Jennings Bryan (1860-1925), famoso democrata que chegou a concorrer à presidência por 3 vezes, e defendeu causas como a protecção dos consumidores, o combate aos monopólios, ou o sufrágio das mulheres, foi um dos que mais se bateu contra o que ele via como uma teoria moralmente nefasta^{6.2}. Bryan ficou particularmente preocupado com um estudo do psicólogo James Leuba, segundo o qual quanto maior é o nível de educação, menor é a crença em Deus^{6.3}, e fez campanha, principalmente nas comunidades rurais, contra a evolução.

Em Março de 1925, o estado do Tennessee promulgou uma lei proibindo o ensino da evolução (o *Butler Act*, porque foi proposta por John Butler)^{6.4}. A lei dizia especificamente que era proibido «*ensinar qualquer teoria que negue a história da Criação Divina do homem como é ensinada na Bíblia, e ensinar em vez disso que o homem descendeu de uma ordem inferior de animais*». Causou rapidamente protestos (uma pessoa escreveu que não havia melhor prova da teoria de Darwin – no aspecto de “descendermos dos macacos” – do que ir olhar para os legisladores do Tennessee). A ACLU (*American Civil*

Liberties Union ou União Americana para as Liberdades Cívicas) decidiu tentar encontrar alguém que se dispusesse a transgredir a lei e a ser condenado, com o objectivo final de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, e aí questionar a constitucionalidade de qualquer lei que proibisse o ensino da evolução.

A cláusula invocada era a do *First Amendment* (“Primeira Emenda” à Constituição Americana, de 1791): «O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos»^{6.5}. Como vemos, o texto tem três cláusulas: (1) a cláusula do estabelecimento (*establishment clause*) que proíbe a *imposição* de uma religião; (2) a cláusula do livre exercício (*free exercise clause*) que nega ao governo o direito de *proibir* o livre exercício da religião; (3) a cláusula sobre liberdade de expressão e reunião.

Uma das pessoas que decidiu avançar em resposta à proposta da ACLU foi George Rappelyea, um engenheiro de Dayton, que ficara irritado quando, no funeral do filho de um dos seus empregados, o padre fundamentalista declarara que o miúdo iria arder no inferno por não ter sido baptizado. Outras pessoas interessadas foram o dono da mercearia de Dayton e o director do liceu. Todos viram na ideia de um processo uma maneira de chamar a atenção sobre Dayton e dar algum alento à economia local. John Scopes (1900-1970), um jovem professor de álgebra, física e futebol americano no liceu de Dayton e que dera algumas aulas de biologia em substituição do professor normal quando este adoecera, concordou em ser processado. Em Maio de 1925 (depois do fim do ano lectivo) Rappelyea contactou a ACLU, que aceitou dar apoio legal e financeiro, e foi Rappelyea que “denunciou” Scopes ao xerife como tendo violado a lei Butler ao referir a evolução aos alunos. Vários alunos foram testemunhas em como Scopes dera aulas referindo a evolução. O julgamento foi marcado para Julho. Bryan ofereceu-se para participar na acusação, e o famoso advogado agnóstico (ou ateu) Clarence Darrow (1857-1938), ofereceu-se para participar na defesa. É claro que isso atraíu todas as atenções sobre a pacata cidadezinha de Dayton (1800 habitantes), a

qual se encheu de jornalistas, evangelistas, vendedores ambulantes, artistas de variedades e até macacos em jaulas. Um dos jornalistas que se deslocou a Dayton foi H.L. Mencken, notório ateu que achava que o *Génesis* tinha apelo porque a sua cosmogonia «é tão simples que até um labrego a pode entender» e tem «a irresistível plausibilidade do absurdo». Mencken, como Darrow, era contra qualquer tipo de intolerância, e na sua opinião não só o fundamentalismo não era conciliável com a ciência, como o Cristianismo em geral também não era. Segundo Mencken, Bryan, que «em tempos tivera um pé na Casa Branca (...) Agora é um papa de meia tigela na região do Coca Cola (...)» (a referência ao Coca Cola era uma alusão à “lei seca”, ou proibição do consumo e venda de álcool, de que Bryan era apoiante).

Cerca de 1200 pessoas juntaram-se dentro do tribunal, e à volta dele (as janelas estavam abertas por causa do calor) para assistir ao julgamento, e houve até emissões de rádio (uma relativa novidade). O julgamento começou no dia 10 de Julho, quando foi escolhido o júri. No 2º dia, a defesa argumentou que a lei Butler violava a constituição. Foi nesse dia que Darrow fez o seu melhor discurso – infelizmente ainda relevante nos nossos dias:

«Se hoje vocês podem pegar em algo como a evolução e considerar um crime ensiná-la em liceus, amanhã podem considerar um crime ensiná-la em escolas particulares (...). Na próxima sessão podem proibir livros e jornais. Em breve podem opôr Católicos a Protestantes, e Protestantes a Protestantes, e tentar impingir a vossa própria religião às mentes das pessoas (...). A ignorância e o fanatismo estão sempre activos e necessitam de alimento (...). Após um bocado (...) é pôr homem contra homem, e crença contra crença, até que com bandeiras desfraldadas e tambores a rufar estamos a marchar para trás em direcção à idade gloriosa do século dezasseis quando fanáticos acendiam piras para queimar os homens que ousavam trazer qualquer inteligência e esclarecimento e cultura à mente humana.»

No 4.º dia, a acusação apresentou testemunhas demonstrando que Scopes violara a lei Butler e a defesa começou a chamar as *suas* teste-

munhas – cientistas preparados para argumentar que a evolução e a religião não são incompatíveis, e que o *Génesis* não é ciência. No entanto, no dia seguinte a acusação argumentou que a questão era exclusivamente se Scopes havia violado a lei, e que as testemunhas da defesa eram irrelevantes. Nesse mesmo dia, Bryan fez o seu grande discurso de uma hora: começou por insistir na irrelevância do testemunho dos peritos sobre evolução e depois lançou-se num ataque à mesma. Ridicularizou o livro de texto usado por Scopes por incluir o homem nos mamíferos – incluindo os elefantes – e ironizou por Darwin afirmar que o homem descendia de macacos do Velho Mundo (nem sequer eram macacos americanos!). Ou seja, comportou-se ainda pior do que Wilberforce em Oxford em 1860 (ver Capítulo 3). Quem lhe respondeu foi um dos advogados de defesa, Dudley Malone. Segundo Mencken, Malone «*ultrapassou Bryan em volume, em tática e em argumentação (...) e assim conquistou até os fundamentalistas. No fim fizeram-lhe uma tremenda ovação – uma ovação pelo menos quatro vezes mais forte do que a que tinham feito a Bryan.*» No 6.º dia o juiz concordou que a opinião dos peritos era de facto irrelevante quanto à culpa de Scopes. Mesmo assim, no último dia, 20 de Julho, Darrow chamou Bryan a depôr e questionou-o sobre Jónas e a baleia (ou peixe, como Bryan notou), sobre Josué ter parado o Sol (Bryan concordou que já nessa altura era a Terra que girava à volta do Sol), e sobre a idade da Terra. Bryan admitiu que a Terra era mais antiga do que a cronologia de Ussher e que os dias do *Génesis* não eram dias de 24 horas. Darrow perguntou-lhe se sabia quem era a mulher de Caim (Bryan não sabia) e como é que a serpente se deslocava antes de Deus a ter condenado a rastejar. A certa altura, Bryan, irritado, disse: «*Não penso nas coisas em que não penso*» e Darrow perguntou: «*E pensa nas coisas em que pensa?*» «*Sim, às vezes*», disse Bryan e é claro que toda a gente se riu. No dia seguinte, 21 de Julho de 1925, Scopes foi considerado culpado, e condenado a pagar uma multa de 100 dólares (o mínimo exigido na lei Butler). Bryan morreu durante a noite de 26 de Julho.

A 17 de Janeiro de 1927, o Supremo Tribunal do Tennessee anulou a condenação de Scopes por causa de um detalhe legal – uma multa superior a 50 dólares só poderia ter sido decretada pelo júri, e não pelo juiz. A ACLU ficou sem caso para apresentar ao Supremo Tribunal

Federal. Como escreveu Mencken, referindo-se ao discurso de Darrow citado acima: «O efeito líquido do grande discurso de Clarence Darrow ontem parece ser extremamente semelhante ao que teria sido se ele o tivesse berrado por uma goteira acima no interior do Afeganistão.»

6.2. Depois do julgamento de Scopes

O ensino da evolução ficou pois suspenso após este mediático “Julgamento do Macaco”, como ficou conhecido. A seguir à proibição do ensino da evolução no Tennessee, houve uma vaga anti-evolucionista. O Mississippi e o Arkansas, e depois os estados da Florida e Oklahoma, proibiram o ensino da evolução em geral ou pelo menos da evolução humana (sempre o cerne do problema). Estes estados situam-se no Midwest, uma extensa e conservadora região dos EUA, e mais ainda no “Bible Belt” (Cintura Bíblica), caracterizada por um vincado fanatismo religioso oriundo das várias Igrejas protestantes. Os católicos mantiveram-se relativamente indiferentes. O jornal da *Catholic Press Association* tinha-se limitado a enviar um repórter a Dayton, o qual escreveu apenas: «Apesar de nós os católicos não levarmos a Bíblia aos extremos a que o Sr. Bryan leva, queremos que esta seja preservada»^{6.6}. Mas a evolução praticamente deixou de ser mencionada nos manuais de ciências naturais usados nos liceus americanos, mesmo nos estados em que o seu ensino não era proibido, para que as vendas dos livros não fossem prejudicadas. Gould, nascido em 1941, recordava não ter dado evolução no liceu em Nova Iorque^{6.7}. No entanto, durante as décadas após o julgamento de Scopes, o Criacionismo não foi verdadeiramente um assunto na sociedade, dado que a evolução não era ensinada e a ciência, fechada na elite de cientistas, não tinha grande divulgação para a sociedade, não havendo portanto nada a combater.

Em 1957, a então União Soviética lançou o Sputnik, o primeiro satélite artificial. Os Estados Unidos tiveram um choque por terem sido ultrapassados pelos comunistas. Entre outras acções, decidiu-se modernizar o currículo dos liceus, e escrever novos livros de texto supervisionados pela *National Science Foundation* (Fundação Nacio-

nal para a Ciência). O ensino e a promoção da ciência junto de um público mais alargado passaram a ser vistos como cruciais. Os novos livros e *curricula* obviamente incluíram a evolução como ideia unificadora da biologia.

Além disso, as leis anti-evolução começaram a ser revogadas; o primeiro caso ocorreu no Arkansas, movido pela professora Susan Epperson, mas só em 1968 é que o Supremo Tribunal Federal declarou que leis desse tipo eram anticonstitucionais^{6,8}. Isto explica porque é que o Criacionismo ressurgiu nos anos 60: como reacção ao novo destaque para a evolução dos programas dos liceus.

6.3. O "Criacionismo Científico"

Entre os movimentos criacionistas populares nos anos 20 destacavam-se o *Criacionismo do Dia-Era*, que permitia conceber a criação a uma escala lenta de milhões de anos (e de que Bryan era adepto), e o Criacionismo da *Teoria do Hiato* (ver capítulo 8). Ambas aceitavam uma idade antiga para a Terra. Outra ideia, a do *Criacionismo da Terra Jovem*, defendida por McReady Price, era que todo o registo fóssil é explicável como resultado do Dilúvio. Só nos anos 60 é que esta versão extrema do *Criacionismo da Terra Jovem* se tornou dominante, depois da publicação em 1961 do livro *The Genesis Flood* ("O dilúvio do Génesis") de John Whitcomb, especialista no Antigo Testamento, e Henry Morris, engenheiro hidráulico. Nesse livro argumenta-se que o universo inteiro tem menos de 10 000 anos e que tudo o que vem no livro do *Génesis* é apoiado pelas descobertas científicas recentes^{6,9}. Morris continuou com esse tipo de delírio no livro *The troubled waters of evolution* ("As águas turvas da evolução", 1974), em que escreveu: que «*Satã é a verdadeira fonte do conceito evolutivo (...). Todo o monstruoso complexo foi revelado a Ninrode em Babel por influências demoníacas , talvez pelo próprio Satã...*»^{6,10} (o que é curioso, porque se os criacionistas se baseiam exclusivamente na Bíblia, e nesta não há qualquer referência à evolução, ou a qualquer tipo de relação entre Satã e o infeliz Ninrode, de onde tiraram esta informação?!).

Em 1963 foi fundada, por Morris e outros, a *Creation Research Society* (CRS: “Sociedade para o Estudo da Criação”). Esta sociedade tinha por objectivo promover e divulgar o *Criacionismo da Terra Jovem* (ver capítulo 8) e investigar “cientificamente” a criação do universo e a geologia do dilúvio. Todos os membros da CRS têm que subscrever as seguintes afirmações^{6.11}:

«1. A Bíblia é a Palavra de Deus, e como toda ela é inspirada, todas as suas afirmações são historicamente e cientificamente verdadeiras nos autógrafos originais (...); 2. Todos os tipos básicos de seres vivos, incluindo o homem, foram criados directamente por Deus na Semana da Criação. Todas as alterações biológicas que ocorreram desde a Semana da Criação só foram alterações dentro dos tipos originalmente criados; 3. O grande dilúvio descrito no Génesis, normalmente referido como o Dilúvio de Noé, foi um acontecimento histórico com impacto global.»

Vemos que estas afirmações não passam de uma versão primária do criacionismo dos séculos XVII e XVIII; desde Ussher que não se faziam afirmações “científicas” tão directamente tiradas da Bíblia. Todas as dúvidas e mudanças de opinião dos estudiosos do século XVII em diante são ignoradas, com a agravante disto ocorrer por altura da ida à Lua!

Em 1972, Morris e outros fundaram uma nova organização, o *Institute for Creation Research* (ICR: “Instituto para o Estudo da Criação”), o qual tem hoje a sua sede na Califórnia, com um museu que mostra recriações do jardim do Éden, da Arca de Noé, da Torre de Babel e do Grande Canyon (para demonstrar como é que se formou durante o dilúvio)^{6.12}. O ICR oferece cursos, material didáctico, etc. Tal como a CRS, «a administração e os membros do corpo docente do ICR subscrevem as doutrinas quer do criacionismo científico quer do criacionismo bíblico», em que as doutrinas do criacionismo *científico* (pasmese!) incluem: «o universo (...) foi criado de modo sobrenatural por um Criador pessoal e transcendente (...) O fenómeno da vida (...) foi criado especialmente de modo sobrenatural pelo Criador (...).»^{6.13} Não é claro como é que o sobrenatural e os propósitos “científicos” se coadunam, nem como é que uma investigação cujas conclusões são

determinadas *antes* de ser iniciada é ciência. Um dos membros mais activos do ICR, e que participou em vários debates com evolucionistas, é o bioquímico Duane Gish, autor do livro *Evolution: the fossils say no!* (“A evolução: os fósseis dizem não!”), inicialmente publicado em 1978 e com uma nova edição intitulada *Evolution: the fossils still say no!* (“A evolução: os fósseis continuam a dizer: não!”) em 1995.

Assistimos então a uma nova tática dos criacionistas. Já não se trata de proibir o ensino da evolução, como no tempo de Scopes, porque tal não é possível. O objectivo é passar a ideia de que a sua versão do criacionismo é “científica”, e como tal é uma alternativa válida à evolução e deve ser ensinada nas escolas. Deixam de fazer menção à Bíblia nos livros de texto que querem impingir nos liceus e passam a chamar às suas teses “Criacionismo Científico” ou “Ciência da Criação”. Além disso, divulgam panfletos com as suas ideias, treinam estudantes, (ensinando-lhes táticas de argumentação), tentam convencer cientistas a debater com eles em público, e fazem campanha para promover o ensino “a tempo igual” da evolução e do criacionismo “científico”. O promotor dessa campanha foi inicialmente Paul Ellwanger, e conseguiu que dois estados, o Arkansas e a Louisiana, passassem leis *obrigando* ao ensino “a tempo igual”. Em 1981, no Arkansas, a Lei 590 propôs “tratamento equilibrado” da “ciência criacionista” e da “ciência evolucionista”, em que:

«a Ciência criacionista inclui (...) inferências indicando (1) Criação repentina do universo, energia e vida a partir do nada; (2) A insuficiência da mutação e selecção natural em levar a cabo o desenvolvimento de todos os seres vivos a partir de um único organismo; (3) Mudanças apenas dentro dos limites das plantas e dos animais criados inicialmente; (4) Ancestrais diferentes para o homem e os macacos antropóides; (5) Explicação da geologia terrestre através do catastrofismo, incluindo a ocorrência de um dilúvio global; (6) Um início relativamente recente da terra e dos seres vivos.»^{6.14}

Desta vez foram a ACLU do Arkansas e os professores que levantaram um processo contra o estado do Arkansas, argumentando que: «(a) a lei constitui o estabelecimento de uma religião, (b) limita a li-

berdade acadêmica dos professores e dos alunos, (c) é vaga (...), tudo isto constituindo uma violação da Constituição»^{6.15}. Entre os queixosos estavam professores de biologia, padres de várias denominações cristãs (incluindo católicos), organizações judaicas e pais de alunos. O principal queixoso era o Reverendo William McLean (presbiteriano), e o processo ficou conhecido como *McLean vs Arkansas*. O julgamento ocorreu em Little Rock^{6.16}. As testemunhas de acusação incluíram cientistas (e.g. S.J. Gould) e filósofos da ciência (e.g. Michael Ruse). Do lado da defesa as testemunhas eram muito menos conhecidas (Morris ou Gish, curiosamente, não foram chamados) e houve alguns casos bizarros. Uma das testemunhas, o astrónomo Chandra Wickramasinghe (o qual, com o astrónomo Fred Hoyle, defende que a vida veio do espaço, de onde aliás continuariam a chover genes), respondeu: “Não!” às perguntas: «*Pode algum cientista racional acreditar que a geologia terrestre é explicável com uma única catástrofe?*» e «*Pode algum cientista racional acreditar que a terra tem menos de um milhão de anos?*» Fica-se perplexo como é que, sendo assim, Wickramasinghe foi arrolado como testemunha de defesa de uma lei que afirma precisamente duas propostas em que ele não acredita! Outra testemunha admitiu que o criacionismo não é falsificável e que só com a Bíblia é que se pode afirmar que a Terra tem menos de vários milhões de anos. Face a tudo isto, o juiz, William Overton, decidiu em favor dos queixosos, concordando que o “criacionismo científico” não é científico, é apenas o impingir de uma religião sob falsos pretextos^{6.17}.

No caso da lei passada na Louisiana, o processo foi mais complicado, e teve que ir até ao Supremo Tribunal Federal em 1987, onde mais uma vez o criacionismo foi considerado uma religião e a lei que impingia o “tempo igual” para criacionismo e evolução declarada anticonstitucional (sete dos juizes do Supremo votaram a favor e dois votaram contra o parecer final)^{6.18}.

6.4. A teoria da “Concepção Inteligente”

No entanto, os criacionistas científicos não se deixaram abater por esta decisão e continuaram a fazer pressão junto dos ministérios da

educação de alguns estados mais conservadores. No Kansas, em 1999 (!), baniram a evolução dos *curricula* escolares. Nalguns casos, como no Alabama e no Oklahoma, conseguiram pequenas vitórias como a inserção nos manuais escolares de Ciências de uma espécie de advertência contra a evolução, procurando conduzir logo – graças a distorções de base na apresentação da evolução – a forma como os estudantes olhariam para os factos descritos no livro. Em Novembro de 1995 o Ministério de Educação do Alabama fez incluir obrigatoriamente nos livros de Biologia adoptados nas escolas do Estado, logo na primeira página, uma advertência contra a “inoculação” de ideias evolutivas:

«Mensagem do Ministério de Educação do Alabama – Este manual fala da evolução, uma teoria controversa que alguns cientistas apresentam como sendo a explicação científica para a origem dos seres vivos, como as plantas, os animais e os seres humanos. (...) Evolução também se refere à crença de que forças aleatórias e sem direcção produzem um mundo de coisas vivas, crença que não está provada (...). Há muitas questões sem resposta acerca da origem da vida e que são mencionadas no teu livro (...). Estuda muito e mantém a mente aberta. Talvez um dia possas contribuir para as teorias acerca do aparecimento dos seres vivos na Terra.»^{6.19}

Este texto dos manuais escolares do Alabama contém algumas das principais linhas de ataque do mais recente movimento criacionista americano – a Teoria da “Concepção Inteligente” (*Intelligent Design*) – à Evolução. O nome é diferente e nem lembra o Criacionismo, pois os seus defensores disfarçam o seu pressuposto base – o conteúdo bíblico. Como apontou ironicamente Eugenie Scott, “o criacionismo evoluiu”^{6.20}. O movimento da Concepção Inteligente caracteriza-se essencialmente por argumentar *contra* a evolução com um revestimento de aparência científica, alegando existirem lacunas importantes nos dados que a apoiam, por exemplo no registo fóssil. Os defensores da “Concepção Inteligente” planearam incluir avisos como os do Alabama em todos os manuais de ciências usados nas Escolas públicas americanas e foram bem sucedidos em muitas. É claro que

estas iniciativas também não ficaram sem reacção por parte de investigadores, professores e pais, que procuraram fazer campanhas de esclarecimento e contra-lobbying junto dos respectivos ministérios da educação. E assim, a decisão do Kansas foi revogada 4 anos depois de ter sido aprovada – já no século XXI.

O livro que lançou a “Concepção Inteligente” foi *Darwin on trial* (“Darwin sob julgamento”), publicado em 1991, pelo professor de direito Phillip Johnson, o qual perto dos quarenta anos teve uma “conversão” ao cristianismo, tornando-se então inimigo do materialismo e da evolução^{6.21}. No livro, expôs o que achava serem os falhanços do Darwinismo. S.J. Gould escreveu uma revisão crítica devastadora do livro e do seu estilo “abismal”^{6.22}. Outros livros que criticam o Darwinismo são *Of pandas and People* (“Sobre pandas e pessoas”, 1989), de Davis e Kenyon^{6.23}, e *Icons of Evolution* (“Ícônes da Evolução”, 2000), de Wells^{6.24}.

Johnson dinamizou o ataque à ciência, numa estratégia que denominou A Cunha (*The Wedge*)^{6.25}. A cunha iria abrir uma brecha no tronco do materialismo até o rachar de lado a lado. A primeira fase (1996) foi fundar o *Centre for Renewal of Science and Culture* (CRSC, “Centro para a Renovação da Ciência e da Cultura”^{6.26}), apadrinhado pelo *Discovery Institute* (DI: “Instituto da Descoberta”), uma organização conservadora baseada em Seattle^{6.27}. A estratégia exposta nos documentos do CRSC consiste em: (1) desenvolver “investigação científica”; (2) divulgar as suas ideias junto do público com livros, conferências, debates com cientistas, formação de professores, etc.; (3) e finalmente, confrontar directamente os cientistas, com conferências em universidades, com a inserção de criacionistas nos quadros universitários e com tentativas para impôr o ensino das suas teorias. Note-se que uma das disciplinas que o CRSC ensina é direito (que não costuma fazer parte de currículos científicos). Desde o tempo de Aristófanés na peça *As nuvens* que se sabe que com habilidade um mau argumento pode ganhar numa discussão^{6.28}.

A segunda parte deste novo criacionismo, a parte “positiva” (já que obras como as de Johnson e Wells são apenas críticas ao Darwinismo) é a “Concepção Inteligente” ou “desígnio inteligente” (*intelligent design*) propriamente dita, e que não passa de uma versão requentada do

argumento teleológico, tal como o “criacionismo científico” era uma versão saloia do criacionismo dos séculos XVII e XVIII. Esta é a parte proposta por professores universitários – cuja investigação oficial nas suas universidades não é ostensivamente sobre “concepção inteligente”, mas cuja inclusão em quadros universitários lhes dá aparentes garantias de pertencerem ao meio científico. Os principais “cérebros” são o bioquímico Michael Behe e o filósofo William Dembski. Behe avançou no livro *Darwin’s Black Box* (“A caixa negra de Darwin”, 1996) e em obras subsequentes, a ideia da “complexidade irreduzível”, ou seja, de que há estruturas celulares irreduzivelmente complexas que não podem ter sido produzidas gradualmente por selecção natural, visto que só o sistema completo é que funciona^{6.29}. É um dos argumentos de Mivart (ver Capítulo 3), reciclado em termos bioquímicos. Dembski (denominado “o Isaac Newton da teoria da informação”, nem menos, por um colega do Discovery Institute^{6.30}), por seu lado, inventou o conceito de “complexidade especificada” (e.g. no livro: *The design inference* “A inferência sobre desígnio”, publicado em 1998 por uma editora científica respeitável, a Cambridge University Press^{6.31}). Segundo Dembski, os fenómenos que têm uma probabilidade muito baixa de ocorrer “por acaso” ou devido a meras regularidades (como as fases da lua), têm necessariamente que ser o produto de uma “Concepção Inteligente”, que Dembski, pelo menos nos livros para consumo externo, evita cuidadosamente atribuir a Deus, deixando aparentemente em aberto a questão de quem é o autor da tal concepção. Regressaremos aos argumentos da teoria da Concepção Inteligente no capítulo 8.

Actualmente Dembski (que era professor na Baylor University no Texas) e alguns outros professores universitários (como Caroline Crocker, professora de biologia celular na Universidade George Mason na Virginia) que se haviam aproveitado da sua posição académica para introduzir a “Concepção Inteligente” nas aulas, foram afastados dos seus cargos. Dembski agora concentra-se nas palestras e seminários que também dá por vezes em *campus* universitários. O bioquímico Michael Behe tem mais sorte e continua a usufruir do seu “tempo de antena” na Lehigh University em Bethlehem, Pennsylvania, onde dá um seminário aos alunos do 1.º ano sobre evolução (embora o Departamento de Biologia tenha tido o cuidado de se demarcar

das posições de Behe, especificando claramente que não são científicas^{6.32}). Há no meio acadêmico uma certa dúvida sobre o que sustém uma sociedade: o conhecimento científico ou a religião instituída. Algumas reitorias estão equivocadas ou têm agendas políticas obscuras e embora haja quem já tenha percebido que a ciência desaparecerá num cenário de promiscuidade com a religião – e com ela a sociedade como a conhecemos – outros assustadoramente ainda não entenderam. Os cientistas não precisam de se tornar ateus mas têm de manter os dois universos ciência/religião demarcados – como comentava o reitor da Faculdade de Artes e Ciências da George Mason University, Daniele Struppa, «*eu sou Budista, mas não acho que se possa falar de reencarnação nas aulas de ciência*»^{6.33}.

Os novos criacionistas conseguiram que o *Dover Area School District* (o equivalente ao conselho de administração dos liceus do distrito de Dover), no estado da Pensilvânia, decretasse que «*Os estudantes serão informados dos hiatos/problemas na Teoria de Darwin, e de que há outras teorias evolutivas, incluindo, entre outras, a concepção inteligente*» e recomendou como livro de apoio *Of pandas and people*. Onze pessoas, entre pais, professores de ciências e um grupo de padres, levaram esta decisão a tribunal (sendo a primeira queixosa Tammy Kitzmiller, de onde o julgamento é identificado como *Kitzmiller vs Dover*), considerando-a inconstitucional por violar a Primeira Emenda. Após um julgamento de 3 meses (com “40 dias e 40 noites”, como foi notado, de sessões), em que especialistas de evolução e os principais defensores da teoria da Concepção Inteligente foram chamados a depôr, os queixosos ganharam^{6.34}. Entre os peritos chamados pelos queixosos, estiveram o biólogo católico Kenneth Miller^{6.35}, o filósofo Robert Pennock^{6.36}, a filósofa e historiadora Barbara Forrest, que se especializou em estudar a história do movimento^{6.37}, e o teólogo católico John Haught. A defesa apresentou Behe e o sociólogo Steve Fuller, que foi de propósito de Inglaterra para defender uma ideia de ciência que, pasme-se, inclui a “concepção inteligente”. Na sentença anunciada a 20 de Dezembro de 2005, o Juíz John Jones III, conservador, republicano e cristão praticante, e nomeado directamente por G W Bush, proibiu o ensino da “Concepção Inteligente” na Escola Pública. No texto da sentença,

com 139 páginas, o Juíz determinou que o Conselho de Educação de Dover não poderia ensinar “Concepção Inteligente”, explicando que a «natureza religiosa» da concepção inteligente «*seria aparente para qualquer observador objectivo, adulto ou criança*», que «a evidência apresentada no julgamento demonstra que o ID [*Intelligent Design*] não é nada menos do que a progenitura do criacionismo» e que é «um ponto de vista religioso, uma mera designação nova para o criacionismo, e não uma teoria científica.»^{6.38} Além disso, o juíz comentou, relativamente às testemunhas de defesa, que: «É irónico que vários destes indivíduos, que tão enérgica e orgulhosamente proclamam em público as suas convicções religiosas, mentissem repetidamente para baralhar as suas pistas e esconder o verdadeiro objectivo por detrás da política do ID». O juíz descreveu ainda a tentativa de impingir a “concepção inteligente” como ciência uma «parvoíce de cortar a respiração» (*breathtaking inanity*) Por fim lamentou o desperdício de tempo e fundos e as perdas pessoais envolvidas em todo o processo, concluindo que os cidadãos de Dover mereciam melhor.

6.5. A luta continua?

Mas a questão da invasão do ensino pela “Concepção Inteligente” não terminou com o julgamento de Dover (a que alguns chamaram o segundo julgamento do macaco). Casey Luskin, do Discovery Institute comentou do seguinte modo a sentença: «*o juíz considera a concepção inteligente uma explicação sobrenatural, que obviamente não é [?!]. Portanto a sua decisão baseia-se numa percepção errada da teoria, o que do ponto de vista legal implica que este assunto ainda não está resolvido.*»^{6.39}

A estratégia agora é insistir para que se “ensine a controvérsia” pró- e contra- não só a evolução (como se houvesse controvérsia sobre o assunto), como pró- e contra- as teorias sobre aquecimento global – outra área em que os fundamentalistas e o presidente Bush têm as mesmas ideias^{6.40}. Os adeptos da Concepção Inteligente continuam a fingir que levam a cabo investigações científicas a sério, e de facto alguns publicam artigos em revistas especializadas e credenciadas, mas

quando o fazem não revelam os seus objectivos e os artigos não são críticos de ideias evolutivas. Tentam assim acumular suficientes publicações “sérias” para talvez no futuro convencer um novo juiz de que a “concepção inteligente” é ciência^{6.41}, e continuam a formar alunos, sobretudo no Patrick Henry College, o qual, mais uma vez, ensina não só criacionismo mas também, crucialmente, direito, retórica e arte de debater (preparando os alunos para ganhar debates judiciais exactamente como Aristófanes sugeriu nas *Nuvens*^{6.42}). É preocupante e sintomático que ex-alunos do Patrick Henry College sejam particularmente abundantes na Casa Branca^{6.43} e não é de estranhar que George W. Bush tenha proposto em Agosto de 2005 que se ensinasse ambas as “Teorias”, da evolução e concepção inteligente, para que as pessoas pudessem entender o “debate” – como se as duas teorias fossem equivalentes e como se houvesse debate. Mas claro Bush não entendeu duas coisas: primeiro, que Evolução e Concepção Inteligente *não são* duas Teorias equivalentes, pois uma é científica e outra não; segundo, a que debate se refere? Outros interesses podem ajudar a fomentar este mal-entendido do chamado “debate das teorias da evolução”.

Um confronto público seria de facto um bónus para os *media* e estes têm tentado sentar à mesma mesa evolucionistas e criacionistas adeptos da “Concepção Inteligente”, mas os evolucionistas declinam os convites. Biólogos como Richard Dawkins (da Universidade de Oxford) e Jerry Coyne (da Universidade de Chicago) estão entre os acusados de arrogância por se terem recusado a debater evolução com criacionistas. Não é arrogância, como Dawkins explica num artigo intitulado: “Porque é que eu não participo em debates com criacionistas” e numa entrevista na rádio americana NPR, conduzida por Marty Moss-Coane ^{6.44} – é uma impossibilidade! Na entrevista disse: *«faria sentido debatê-las e explicá-las nas escolas se existissem duas teorias científicas alternativas para a evolução ou origem das espécies (...) haveria debate entre ambas e nessa altura não seria ético ensinar uma nas escolas e omitir a outra (...) mas como a Teoria da Concepção Inteligente não é uma teoria científica nem é apoiada por nenhum cientista respeitado, se querem mesmo falar dela, a ser ensinada que o seja em aulas de Religião ou de História da Ciência ou ainda numa disciplina de Raciocínio Lógico (ou ilógico), mas*

não como uma cadeira de ciência»; no artigo Dawkins revela que foi aconselhado por S.J. Gould a não participar em debates com criacionistas, porque para estes basta que o debate tenha ocorrido para se poderem gabar de ter estado em pé de igualdade com o Prof. Tal. É revelador que Johnson tenha dito que ele próprio só aceita participar em debates com evolucionistas famosos (Dawkins ou Gould ou alguém com a mesma visibilidade pública). A postura dos criacionistas é basicamente, como diz Dawkins: «Olhem para mim, a debater com os graúdos. Isso não prova que o criacionismo é tomado a sério nas universidades?» O resultado do debate não interessa – basta que um cientista de renome tenha aceitado estar presente.

Um dos argumentos dos criacionistas é o de que no interior da própria Biologia Evolutiva existem controvérsias. E existem efectivamente muitos pontos de debate – mas *nenhum* deles pondo em causa o facto da evolução, como vimos no Capítulo 4. Por isso este argumento é um dos mais falaciosos para o público leigo.

Com a religiosidade marcada que existe nos EUA, e que é um verdadeiro cimento social das comunidades suburbanas e rurais, não é de admirar que as pessoas sejam facilmente convencidas de que uma explicação alternativa à evolução seja necessária para que a sua felicidade não seja abalada. Com efeito uma sondagem, realizada através de mais de mil chamadas telefónicas em Fevereiro de 2001, mostrou que quase metade (45%) dos cidadãos adultos dos EUA entrevistados acreditam que «*Deus criou os seres humanos na sua forma basicamente presente, num tempo situado algures nos últimos dez mil anos, pouco mais ou menos*»^{6.45}. Estes resultados têm-se mantido constantes ao longo do tempo, mostrando-se idênticos aos de sondagens realizadas há 20 anos. Dado o modo como a evolução tem sido tratada no programa dos liceus, até surpreende que a outra metade acredite na Evolução! E a sua confusão só pode aumentar com a abertura de um museu sobre a Criação no Kentucky. Semelhante a um museu normal de história natural, mas todo ele baseado no Criacionismo da Terra Jovem, defendendo que os humanos e dinossauros coexistiram (e que Noé levou dinossauros bebés na Arca), o Museu custou a módica quantia de 27 milhões de dólares, e leva-nos a perguntar a que ponto é uma sociedade democrática deverá tolerar a exposição pública de mentiras^{6.46}.

Por outro lado, a literacia é um factor crucial no entendimento da evolução – há uma proporcionalidade entre a escolaridade e a probabilidade de reconhecer a evolução como um facto: por exemplo uma sondagem feita em 1999 nos EUA mostra que as pessoas que acreditam que Deus criou os humanos na sua forma actual nos últimos 10 000 anos são maioritariamente pessoas que têm apenas o ensino secundário ou menos habilitações (55%) e que à medida que a literacia sobe esta crença desce – entre os profissionais e pós-graduados a crença já só persiste numa minoria (29%)^{6.47} A ignorância total sobre a evolução está na raiz do problema – 33 % dos adolescentes nem têm opinião sobre o assunto, porque nada sabem sobre ele^{6.48}. Entre os próprios cientistas, a crença religiosa também diminui com as qualificações, numa repetição do estudo de Leuba que assustara Bryan: enquanto 40% dos cientistas em geral entrevistados em 1996 e 1998 acreditam num Deus pessoal ao qual se pode rezar e do qual se pode esperar uma resposta, apenas 10% dos cientistas da Academia Nacional de Ciências (a “élite” científica americana) acreditam nesse Deus. Os mais cépticos são os biólogos (só 5% dos quais são crentes), e os menos são os matemáticos (17% são crentes)^{6.49}.

Outra estatística interessante é a dos factores que afectam a felicidade das pessoas: estudos efectuados por psicólogos junto de diversas populações indicam que ter uma fé religiosa e uma forte rede de pessoas com quem se tem laços afectivos se encontram entre os principais factores explicativos das avaliações subjectivas de felicidade^{6.50}. Para muitas pessoas, pôr em causa o criacionismo Bíblico será então fazer estremecer fortemente as fundações da sua própria felicidade.

O Criacionismo têm-se expandido para longe dos EUA, embora este país continue a ser o seu grande caldeirão e quartel general. A polémica acerca do ensino da Evolução instalou-se no Canadá, onde existe neste momento um forte movimento de criacionismo científico. No Brasil, o Criacionismo tem longas raízes, estando bem estabelecido desde o início da década de 1970, mas com uma expressão limitada aos círculos protestantes, sobretudo de Adventistas do 7º dia, que são relativamente pequenos no país. No entanto há uma certa penetração no meio académico e insidiosamente a situação parece estar a mudar. Também se assiste ao velho problema, que já vimos

com Bush e que veremos adiante, com os políticos Europeus – o da ignorância crassa dos responsáveis políticos em matéria de ciência e a facilidade com que podem intervir e /ou legislar num tema em que não têm qualquer competência. A título de exemplo dramático fica a afirmação da governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, em entrevista à imprensa em Abril de 2004: «Não acredito na evolução das espécies. Tudo isso é teoria»^{6.51}. O Brasil tem especial relevância para nós, em Portugal, dado que muitos dos *sites* de biologia na Internet mais acessíveis a alunos do liceu por serem em português são *sites* brasileiros criacionistas.

6.6. O obscurantismo de regresso à Europa?

E na Europa, que eco fizeram e continuam a fazer estes solavancos e recuos constantes no ensino da Ciência e da evolução em particular? Na verdade há muito que não assistíamos a tamanho pairar da nuvem obscurantista sobre a ciência.

Em Itália, a Ministra da Educação Letizia Moratti, munida de um novo programa escolar concluído em Fevereiro, anunciou em Abril de 2004 a sua intenção de suspender o ensino da “Teoria da Evolução” do currículo dos liceus. Os protestos foram imediatos, especialmente por parte dos investigadores italianos, alguns muito prestigiados e entre eles o prémio Nobel de medicina, Renato Dulbecco. Estes publicaram um apelo colectivo ao Ministério no jornal *La Repubblica* para que reconsiderasse o novo programa escolar, sublinhando que a omissão da evolução «representa uma limitação cultural e uma renúncia ao desenvolvimento da curiosidade científica e da abertura da mente» da nova geração do país. A Ministra acabou por recuar na sua decisão^{6.52}.

A Turquia é um caso dramático porque independentemente dos problemas específicos colocados pelo fundamentalismo islâmico, está a ajudar à infiltração do criacionismo na Europa^{6.53}. O principal representante do criacionismo na Turquia, o escritor Harun Yahya, pseudónimo de Adnan Oktar, tem contactos com criacionistas americanos e um livro seu tem sido enviado por um remetente anónimo a partir da Alemanha para professores e bibliotecas universitárias de França e

Espanha, desde o início de 2007. O livro, intitulado *Atlas of Creation* (“Atlas da Criação”), tem quase 800 páginas, é luxuoso e cheio de ilustrações, e a sua produção e envio são preocupantes – indicam o elevado poder económico de quem subsidia estas campanhas na Europa. O livro evita questões como o dilúvio e as interpretações sobre a idade da Terra. Sustenta simplesmente que a criação das espécies é um feito desde o princípio dos tempos e que não houve nenhuma modificação ou evolução nas mesmas. Além disso, o criacionista turco escreve: «[queremos] denunciar as relações ocultas entre o darwinismo e ideologias sangrentas como o fascismo e o comunismo» e a certa altura, legendando uma foto dos atentados de 11 de Setembro, afirma: «aqueles que perpetuam o terror no mundo são na realidade darwinistas» (!!)^{6.54}.

Na França felizmente laica, onde chegaram milhares de exemplares do livro de Oktar, tendo por destinatários institutos, escolas, bibliotecas e professores, o Ministro da Educação Gilles Robien solicitou às entidades que receberam o livro que não o disponibilizassem ao público estudantil jovem, nas bibliotecas e centros de documentação, devido à sua natureza fraudulenta do ponto de vista científico e ofensiva do ponto de vista religioso^{6.55}.

Em Espanha, na Catalunha, onde chegaram exemplares do “Atlas da Criação” à Universidade de Barcelona, o livro será arquivado entre os inclassificáveis, «provavelmente ao lado das listas telefónicas», como promete Francisco Casado, reitor da Universidade de Barcelona^{6.56}.

O livro de Oktar também chegou ao Reino Unido (onde um dos recipientes, o ecologista Michael Hansell, diz que é útil como suporte para um candeeiro^{6.57}). Mas há sinais preocupantes: gerou-se uma polémica em 2004 quando Tony Blair inaugurou uma escola religiosa onde se ensina criacionismo. Isto vem apenas no seguimento de uma tendência que já viu surgir cerca de 180 novas escolas secundárias ligadas a denominações religiosas (*faith-based schools*): a política educacional do Reino Unido determina que o currículo destas escolas deve conter a teoria da evolução, mas permite que se ensinem igualmente outras teorias. Andrew Adonis, conselheiro de Blair, é apontado como a principal força por trás da expansão destas escolas no Reino Unido, mas o próprio primeiro ministro numa entrevista televisiva mostrou-se favorável ao que chamou de “diversidade no ensino”. Já há consequên-

cias: um inquérito recente na Grã-Bretanha revela que mais de 12% dos alunos preferem o criacionismo “clássico” como explicação e 19% preferem a teoria da Concepção Inteligente^{6.58}. Ou seja, mais de 30% atribui a diversidade biológica a Deus e não à evolução; 56% aceita a teoria científica e quase 20% dos estudantes de liceu dizem que lhes ensinaram criacionismo como um facto na escola. Em Setembro de 2006 foi fundada uma organização intitulada *Truth in Science* (“Verdade em Ciência”), que divulga múltiplos artigos re-interpretando a informação existente sob o prisma do criacionismo da Terra Jovem. O site da organização disponibiliza materiais de apoio às aulas do secundário. As denúncias da actividade disfarçada desta organização vêm de todo o lado desde o Gabinete Ministerial da Educação (*Department of Education & Skills*) a sociedades Científicas e pastores Anglicanos ^{6.59}.

Na Holanda a ministra da Educação, Cultura e Ciência, Maria Van der Hoeven, procurou em 2005 introduzir o Criacionismo nos *curricula* escolares através do argumento “mostrar todas as teorias científicas”, que seriam, como no exemplo americano, darwinismo *vs* concepção inteligente ^{6.60}

Segundo uma sondagem efectuada em 2002 a cidadãos Europeus conduzida pelo instituto suíço IHA-GfK (na Suíça) 40% dos inquiridos concordaram com a afirmação de que o universo, a terra e todos os organismos vivos são produto de processos completamente naturais, 21% eram adeptos da *Evolução Teísta* (ver definição no Capítulo 8), 20% acreditavam que Deus criou todos os organismos de uma vez só num momento que se situa nos últimos 10 000 anos, e 19% respondeu que não sabia ou apresentava ainda outra opinião^{6.61}.

6.7. O caso Português – Criacionismo em Portugal ?

O criacionismo científico não tem uma expressão muito visível em Portugal, mas insidiosamente vai estabelecendo o seu espaço. No Sábado dia 9 de Dezembro de 2006, o Jornal *Público* apresentou um dossier sobre a chegada do movimento Criacionista a Portugal, a pretexto da abertura anunciada de um museu criacionista em Maфра pelo Discovery Institute, de que falámos atrás, e que assim se ramifica para

Portugal com uma estratégia muito orientada para jovens, promovendo visitas de estudo, seminários, etc, no seu parque temático^{6.62}

A posição da Igreja Católica, dominante em Portugal, é ambígua relativamente à evolução e a “tolerância” da mesma deteriorou-se com o actual papado, como vimos no capítulo 5. Ainda assim, algumas Igrejas de denominação cristã tendem a ver nos movimentos Criacionistas um perigo para a fé e a credibilidade da Teologia. Nas palavras de Armindo dos Santos Vaz, padre e professor da Universidade Católica, que comentou a referida notícia do *Público* na mesma edição:

«A descoberta dos mitos de origem na antiga Mesopotâmia brindou-nos com o contexto cultural, literário e religioso das narrativas bíblicas. (...) São, portanto, mitos de origem. (...) Queriam dar sentido mais profundo à vida humana, atribuindo-a à acção criadora de Deus “no princípio”. (...) Os mitos de criação no Génesis não são fotografia do que aconteceu no princípio, mas radiografia do que se conhecia no presente. (...) A leitura criacionista não se aguenta perante uma análise crítica do ponto de vista da astrofísica, cosmologia, biologia, paleoantropologia. Mas a consequência mais perversa dessa leitura literalista e historicista consiste em as pessoas não tomarem a sério essas narrações, fazerem anedotas ou descuidarem a sua espiritualidade e o sentido que dão à existência humana.».

A Aliança Evangélica Portuguesa é a segunda maior confissão religiosa em Portugal, e nela se incluem as Igrejas Baptistas, as Assembleias de Deus, os Adventistas do 7.º Dia, e outras igrejas cristãs evangélicas, algumas tradicionalmente ligadas a movimentos criacionistas, como veremos no capítulo 8. O site oficial das Testemunhas de Jeová em Portugal tem relatos de como «Foi então que as Testemunhas de Jeová me trouxeram uma revista que falava sobre como corrigir e disciplinar os filhos com amor. (...) O ensino da evolução havia distorcido minha maneira de pensar» ou declarações como «O registro fóssil não foi capaz de provar que a vida evoluiu»^{6.63}. No portal da igreja Assembleias de Irmãos é evidente o anti-darwinismo, em acusações como «os preconceitos, a perseguição e o ódio racial

são a consequência directa da aplicação do ensino evolucionário»^{6.64}. O site da União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia^{6.65} é o mais copioso em matéria de ataque à evolução e tem inclusivamente o “Geoscience Research Institute” especificamente para o efeito^{6.66}.

Quanto à atitude da população portuguesa, uma sondagem semelhante às referidas acima para a população americana, foi conduzida no site da National Geographic Portugal e publicada em Novembro de 2004. Demonstrou que os inquiridos portugueses revelam muito mais confiança na teoria da evolução darwiniana. De uma amostra de 751 votos, no início de Outubro, 577 (77%) consideraram mais credível a percepção de Darwin. A teoria criacionista recebeu apenas 174 votos (23%)^{6.67}.

Não admira pois, que num colóquio sobre Criacionismo *vs* Evolucionismo organizado por um grupo de professores da Faculdade de Ciências de Lisboa, não tenha havido verdadeiramente debate entre evolucionistas e um criacionista, Jónatas Machado, também convidado, o que aliás causou estranheza e foi criticado em blogs na altura (Março de 2007). A plateia continha, entre outros, alunos universitários e professores do ensino secundário e era manifestamente evolucionista, reafirmando a saudável separação entre religião e evolução em Portugal.

O mais fundamentalista e activo divulgador do criacionismo em Portugal é Jónatas Machado (JM), jurista e professor de direito na Universidade de Coimbra, que recorre à teoria da Concepção Inteligente e basicamente a todos os argumentos jamais evocados por todas as correntes criacionistas para atacar o darwinismo (ver o Capítulo 8). JM “resume” a sua posição num extenso texto editado pela universidade de Coimbra^{6.68}. Dada a natureza do seu texto que exemplifica quase toda a extensão da argumentação criacionista, tratá-lo-emos com maior detalhe no capítulo 9.

No cenário português há ainda um livro cheio de visões distorcidas da evolução e favorável ao criacionismo, de Américo J. Marcelino, um Juiz Desembargador do Tribunal de Relação de Lisboa – “Questionar e Evolução”^{6.69}. Contém declarações arrepiantes como «o problema da vida é, fundamentalmente, um problema religioso, ou, se se preferir, um problema filosófico. A ciência não está em condições de adiantar rigorosamente nada sobre o essencial da sua problemática» (p. 42).

Todo o livro é uma homenagem à ignorância sobre Ciência e evolução. O preâmbulo elogioso é escrito por Marcelo Rebelo de Sousa!

Para os demais – leigos da ciência, ateus, agnósticos ou aderentes às mais diversas crenças, mas todos apreciadores do progresso que vem da Ciência, da honestidade dos raciocínios, da liberdade de pensamento e divulgação – os movimentos criacionistas são inimigos do progresso civilizacional. Comprometem todos estes bens que são hoje uma preciosa herança conquistada com a sabedoria e o sofrimento das gerações que nos antecederam. E quando se prepara para dar o salto para o ensino e limitar mentes em desenvolvimento o problema assume uma dimensão muito real.

6.8. Fermento Criacionista no sistema de ensino português?

Achamos que este salto pode estar há algum tempo a fermentar em Portugal.

O programa oficial português de Biologia e Geologia ensina a evolução como uma teoria científica válida – mas o Programa de Biologia e Geologia (11.º e 12.º anos), homologado em 2003^{6,70}, debruça-se sobre a questão da evolução com algumas expressões pouco felizes. No capítulo 2, na parte sobre os Mecanismos de evolução, o programa refere: «Não há consenso sobre as causas da diversidade dos seres vivos. As teorias evolutivas explicam essa diversidade pela seleção dos organismos mais adaptados, razão pela qual as populações se vão modificando.» A expressão “não há consenso” refere-se a mecanismos evolutivos mas pode transmitir a ideia, sobretudo nas mãos de professores menos bem preparados, de que a falta de consenso se aplica à evolução propriamente dita. O programa recomenda a «construção de opiniões fundamentadas sobre diferentes perspectivas científicas e sociais (filosóficas, religiosas...) relativas à evolução dos seres vivos» O que querará dizer isto? Que o professor deverá ensinar a perspectiva da religião ou da filosofia sobre a evolução numa aula de *ciência*? Uma leitura menos atenta poderá interpretar que a recomendação é de ensinar a perspectiva científica da evolução como uma hipótese entre muitas (filosóficas, religiosas, etc). O programa sugere que se

deverá «Evitar: o estudo pormenorizado das teorias evolucionistas» e evitar «A abordagem exaustiva dos argumentos que fundamentam a teoria evolucionista»(!!!), o que nos parece uma opção inquietante que pode comprometer a solidez dos alicerces do conhecimento das ciências naturais. Nos “Conteúdos Atitudinais”, o programa recomenda o «*Reconhecimento de que o avanço científico tecnológico é condicionado por contextos (ex. sócio-económicos, religiosos, políticos...), geradores de controvérsias, que podem dificultar o estabelecimento de posições consensuais.*» O facto de se reconhecer que a religião pode dificultar o estabelecimento de posições científicas é um elemento educativo importante, mas apenas se for claramente especificado o que distingue a ciência de outras perspectivas – nomeadamente o facto de seguir o naturalismo metodológico (ver Capítulo 7).

Na mesa redonda «Religião e Educação», integrada no 2.º colóquio «A religião fora dos templos», organizado pela Comissão de Liberdade Religiosa (que é um organismo do Estado) a 16 de Março de 2007, foi apresentado um documento de Esther Mucznick intitulado «A religião nos manuais escolares». Foi proposta a criação de uma comissão, integrada essencialmente por religiosos, que teria poderes para rever os manuais escolares. Alguém do sector evangélico propôs que essa comissão revisse não apenas os manuais de História e Filosofia (como sugerira Mucznick) mas também os de «Ciências da Natureza, Geografia, e Biologia». Ninguém se demarcou da proposta, todos a apoiaram, incluindo o deputado Vera Jardim, que disse que se poderiam rever os manuais de Biologia^{6.71}

A Comissão para a Acção Educativa Evangélica nas escolas públicas (COMACEP), nasceu em 1988, dependente na altura da Aliança Evangélica Portuguesa e do Conselho Português das Igrejas Cristãs. A COMACEP faz formação com um extenso programa curricular que oferece o criacionismo como facto: «Há uma explicação: há um Criador, que revela uma vontade e uma Criação» e ainda «Evolução ou Criação, o que está certo?» e «o que faz o ser humano ser diferente dos animais? – fala, pensa, e pensa sobre si, controla esse pensamento e pode relacionar-se com o Criador». Temos de admitir que o criacionismo já é ensinado nas escolas públicas portuguesas, embora o seja apenas na disciplina de Educação Moral e Religiosa Evangélica, co-

ordenado por esta comissão e com a assumida intenção de ensinar a «perspectiva cristã da criação»^{6.72}. A disciplina é opcional, mas existe em centenas de escolas, com professores pagos pelo Estado. Terá sido frequentada por cerca de 2000 alunos, espalhados por mais de 200 escolas, em 2005/2006^{6.73}.

A influência criacionista começa a estender-se ao ensino superior. O Instituto Piaget, que oferece uma licenciatura em Biotecnologia, tem publicado obras criacionistas como o livro de Rosine Chandebois “Para Acabar com o Darwinismo”^{6.74}. Este livro inclui frases como «Não há dúvidas que a convicção dos darwinistas actuais se alimenta menos de argumentos objectivos do que da impossibilidade de conceberem a existência de uma Inteligência Criadora ou de aceitar o seu Domínio» (pág. 29) ou «foi graças ao ateísmo que as ideias de Darwin puderam ser lei» (pág. 29), o que é pura e simplesmente mentira, como vimos. Note-se que a política editorial do Instituto parece independente da política educativa, pois no Instituto Piaget leccionam biólogos que ensinam a evolução.

Num excerto de um artigo do *Diário de Notícias* (10 de Dezembro de 2002) pode ler-se: «A teoria evolucionista de Darwin não explica nada. A provocação é do biólogo António Amorim, que põe em causa o edifício em que a biologia é ensinada nas escolas». António Amorim é investigador da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Instituto de Patologia e Imunologia e autor do livro “A Espécie das Origens – Genomas, linhagens e recombinações”, publicado em 2002. O livro não é anti-evolucionista mas revela uma ignorância chocante dos raciocínios elementares do Darwinismo. E finalmente, onde menos se esperava, o Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa tem como colaborador estrangeiro Guildo Magalhães (Universidade de S. Paulo), autor do artigo “Darwin: Herói ou Fraude?” que contesta o Darwinismo e onde se lê «O Darwinismo como teoria evolutiva é tão falso quanto tomar o motor pela direcção» e ainda «A fraude real é perpetuar o ensino dessa teoria como um dogma sobre o qual se constrói a biologia (...)». O texto é um dos recursos disponíveis para os alunos e pode ser obtido no site^{6.75}. Claro que esta opinião não representa de modo algum a posição do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, que tem entre os seus membros muitos evolucionistas.